

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LETÍCIA FÉLIX DE JESUS

***DISCLOSURE* AMBIENTAL: NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS
QUESTÕES AMBIENTAIS DAS EMPRESAS LISTADAS NA
BM&FBOVESPA NO SUBSETOR DE ÁGUA E SANEAMENTO**

RIO VERDE, GO

2017

LETÍCIA FÉLIX DE JESUS

***DISCLOSURE* AMBIENTAL: NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS QUESTÕES
AMBIENTAIS DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA NO SUBSETOR
DE ÁGUA E SANEAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado à Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV) como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.º Esp. Rafael Crisóstomo Alves

RIO VERDE, GO

2017

Ficha Catalográfica

JESUS, Letícia Félix de.

Disclosure ambiental: nível de evidenciação das questões ambientais das empresas listadas na BM&FBOVESPA no subsetor de água e saneamento / Letícia Félix de Jesus. - Rio Verde. - 2017
55f.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) apresentado à Universidade de Rio Verde – UniRV - Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

Orientador: Prof.º Esp. Rafael Crisóstomo Alves

1. Meio ambiente. 2. Divulgação. 3. Sustentabilidade. 4. Água e Saneamento.

Bibliotecário(a) responsável:

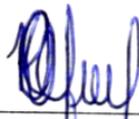
LETÍCIA FÉLIX DE JESUS

**DISCLOSURE AMBIENTAL: NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS
QUESTÕES AMBIENTAIS DAS EMPRESAS LISTADAS NA
BM&FBOVESPA NO SUBSETOR DE ÁGUA E SANEAMENTO**

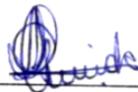
Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, Goiás, 23 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Esp. Rafael Crisóstomo Alves
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Esp. Gizele Fernandes Almeida
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Esp. Fernanda Sousa Marques
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico este trabalho, aos meus pais, Cleonice Delfino de Jesus Félix e Divino Félix da Silva e a minha irmã Aline de Jesus Félix, que sempre estiveram ao meu lado e nunca mediram esforços para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me guiar nos momentos de dificuldades, iluminando minha trajetória e me dando forças quando pensava em desistir.

Aos meus pais, familiares, amigos e namorado, por todo o apoio e paciência, pessoas importantes na minha vida, que nunca duvidaram da realização desse sonho.

Ao meu professor e orientador Rafael Crisóstomo Alves por todo o empenho, comprometimento e dedicação comigo, pelas palavras de incentivo durante o desenvolvimento deste trabalho e por todo conhecimento passado a mim.

Por fim, agradeço, também, a todos os professores e colegas que estiveram ao meu lado durante os quatro anos de luta.

RESUMO

Atualmente, a preocupação das empresas com o meio ambiente é grande, pois, além de prejudicar a sua imagem com os consumidores e de perder valor no mercado, a organização poderá, ainda, ser penalizada caso provoque algum dano à natureza. O estudo teve por objetivo identificar o nível de evidencição, das questões ambientais, nas empresas do segmento de Água e Saneamento, que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA. A pesquisa justificou-se pela importância de demonstrar a preocupação das empresas em operar de modo sustentável e limpo, evidenciando de forma transparente sua relação com o meio ambiente. O trabalho tratou de uma pesquisa bibliográfica-documental de caráter descritivo, que se utilizou do método dedutivo, a abordagem fora classificada como qualitativa e quantitativa, e como técnica de coleta de dados dispôs-se da documentação indireta. Conforme análise dos dados constatou-se que a Cia Saneamento Est. São Paulo apresentou o maior nível de evidencição, alcançando 91,43%; a Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA, obteve 60%; a Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR evidenciou 57,14%; a Cia Catarinense de Águas e Saneam. - CASAN apresentou 40% de nível de divulgação e, por último, tem-se a Sanesalto Saneamento S.A. que obteve apenas 14,29% de percentual. Na análise por quesito, observou-se que o item que alcançou maior nível de divulgação fora o 4-Provisões Ambientais, que trata em demonstrar a existência da contabilização para possíveis contingências ambientais, em contrapartida, o quesito 3-Financiamentos e Empréstimos destinados à recuperação do meio ambiente e liquidação das obrigações ambientais, atingiu o menor percentual de evidencição, somando apenas 20%. De acordo com os resultados do estudo, foi possível verificar, que as empresas do setor de Água e Saneamento, apresentaram média geral de evidencição dos quesitos de 52,57%, demonstrando uma preocupação razoável, em divulgar sua relação com o ambiente em que está inserida.

Palavras-chave: Meio ambiente. Divulgação. Sustentabilidade. Água e Saneamento.

ABSTRACT

Companies have a greater concern about the environment nowadays because, if they cause any damage to the nature, it would not only compromise their status with the consumers and lose market value but they could also be penalized for it. This paper aimed to identify the disclosure level of environmental issues in companies in the Water and Sanitation segment which own traded shares at BM&FBOVESPA. The research was justified by the importance of showing that those companies are concerned about operating in a sustainable and clean way, evidencing transparently their relationship with the environment. This is a bibliographic/documentary research of descriptive character which utilized deductive method, the approach was rated as qualitative and quantitative, and the method of data collect was indirect documentation. It was found, according to data analysis, that São Paulo's sanitation company showed the highest level of disclosure, reaching 91.43%; Minas Gerais's COPASA reached 60%; Paraná's SANEPAR reached 57.14%; Santa Catarina's CASAN reached 40% and, finally, Sanesalto Saneamento S.A. reached only 14.28%. It was observed in the item analysis that the item that reached the highest level of disclosure was the 4th: Environmental Provisions, which shows the presence of accounting for possible environmental contingencies; on the other hand, the item 3: Financing and Loans, destined to environmental recovery and settlement of environmental obligations, reached the lowest disclosure percentage, only 20%. According to the results, it was possible to verify that companies in the Water and Sanitation segment present an average overall of item disclosure of 52.57%, showing a reasonable concern in disclosing their relationship with the environment in which they are inserted.

Keywords: Environment. Disclosure. Sustainability. Water and Sanitation.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Cia Saneamento Básico Est. São Paulo	38
GRÁFICO 2 – Cia Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG	39
GRÁFICO 3 – Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR	39
GRÁFICO 4 – Cia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN	40
GRÁFICO 5 – Sanesalto Saneamento S.A.....	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA	14
2.2 ITENS AMBIENTAIS	15
2.2.1 Ativo ambiental	16
2.2.2 Passivo ambiental	17
2.2.3 Receita ambiental	18
2.2.4 Despesas e custos ambientais	19
2.3 EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL	20
2.3.1 Aspectos gerais	20
2.3.2 Evidenciação contábil ambiental	21
2.3.3 Formas de evidenciação	23
2.4 SEGMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO	24
3 PROCEDER METODOLÓGICO	26
3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS	26
3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	27
3.3 QUANTO AOS MÉTODOS DE ABORDAGEM	29
3.4 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA	30
3.5 QUANTO À TÉCNICA PARA COLETA DE DADOS	30
4 ORGANIZAÇÃO E MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS	31
4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA	31
4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	32
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
5.1.1 Análise do nível de evidenciação	35
5.1.2 Análise por quesito	36
5.1.3 Análise por ano	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

APÊNDICES	50
------------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento da industrialização, no século XVIII, a questão ambiental começou a ser notada como fator relevante para a qualidade de vida das pessoas, visto que, com o grande avanço tecnológico, as indústrias conseguiam produzir grandes quantidades de produtos em períodos cada vez menores de tempo, consumindo, assim grandes quantidades de recursos humanos e naturais (COSTA; MARION, 2007).

A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi a primeira grande conferência mundial organizada para tratar exclusivamente das questões ambientais e teve como mérito, trazer para o plano internacional, a discussão sobre como os problemas ambientais teriam de ser enfrentados pela humanidade dali em diante, gerando debates, negociações, produção de acordos internacionais e outros mecanismos, com visibilidade para os riscos que os modelos econômicos, predatórios, impunham à sustentabilidade global (FERRARI, 2014).

Costa e Marion (2007) afirmam que atualmente, a preocupação das empresas com o meio ambiente é grande, pois, além de prejudicar a sua imagem com os consumidores e de perder valor no mercado, a organização poderá, ainda, sofrer uma penalidade se cometer alguma infração.

De acordo com os autores, o papel de monitorar as empresas na tentativa de minimizar os impactos provocados pela exploração dos recursos naturais fica com os órgãos fiscalizadores, que concedem licenças e certificações para o exercício de suas atividades. Esses órgãos são responsáveis, também, pela aplicação de multas ambientais, o que pode comprometer a saúde financeira das entidades, dependendo do tipo de penalidade cometida.

Ainda segundo os autores, a Contabilidade, nesse contexto, pode ser vista como um instrumento importante para controlar e proporcionar melhores decisões sobre as atividades das empresas.

Rodrigues, Santos e Mello (2008) entendem que a Contabilidade Ambiental é um sistema especializado capaz de mensurar e registrar informações sobre a disponibilidade e utilização dos recursos ou acidentes ambientais, e identifica também os custos e despesas decorrentes de prevenção e reparos, assim como vantagens e ganhos decorrentes dessas medidas.

Nesta ótica, é de suma relevância que as empresas evidenciem, de forma correta, suas informações ambientais, garantindo o cumprimento das obrigações com os órgãos fiscalizadores. Essa evidenciação pode ser feita em relatórios específicos ou nas próprias demonstrações contábeis (COSTA; MARION, 2007).

Freitas e Strassburg (2007) ressaltam que a imagem da empresa perante a opinião pública tende a apresentar um conceito diferenciado quando ela passa a valorizar sua relação com o meio ambiente e toma medidas preventivas.

Diante do exposto, surgiu o seguinte questionamento: “Qual o nível de evidenciação, das questões ambientais, nas empresas que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA?”.

Partindo da problemática em questão, o estudo teve por objetivo identificar o nível de evidenciação, das questões ambientais, nas empresas de Água e Saneamento, que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA.

Diante do objetivo geral apresentado, esta pesquisa apresentou como objetivos específicos:

- a) Discorrer uma fundamentação bibliográfica sobre a Contabilidade Ambiental;
- b) Apresentar conceitos referentes aos itens de natureza ambiental que compõem os demonstrativos contábeis;
- c) Tratar sobre a importância da evidenciação contábil ambiental;
- d) Apontar uma fundamentação bibliográfica no que se refere ao setor Água e Saneamento;
- e) Identificar, nos relatórios contábeis, das empresas do setor de Água e Saneamento que possuam ações negociadas na BM&FBOVESPA, o nível de evidenciação das questões ambientais.

A relevância do presente estudo ocorreu pela importância do tema na atualidade, demonstrando o papel da Contabilidade Ambiental e a necessidade da evidenciação de informações relacionadas ao meio ambiente pelas empresas potencialmente poluidoras.

A preocupação com a proteção e responsabilidade ambiental e social, de acordo com Boff (2007), surgem a partir do momento em que a sociedade passa a ter consciência e respeito pelo meio ambiente. Calixto e Ferreira (2005) afirmam, que as empresas preocupadas com a imagem negativa de poluidoras, e na tentativa de reverter esse quadro, passam a investir na redução dos seus impactos ambientais. Leite (2006) acrescenta que essa preocupação está fazendo com que novos rumos sejam traçados para que o próprio ser humano crie e desfrute de um ambiente mais saudável e harmonioso.

As empresas, de acordo com Moreira (2009), na busca para alcançar o desenvolvimento sustentável, começaram a procurar instrumentos que valorizassem os aspectos sociais e melhorassem a qualidade de vida das pessoas. Em virtude dessas mudanças, ainda de acordo com o autor, surge a Contabilidade Ambiental que se torna um veículo para evidenciar

as informações ambientais, e demonstrar como as entidades estão investindo em melhorias tecnológicas, com o propósito de conter os danos causados ao meio ambiente.

Com ótica a essa evidenciação, as companhias têm como um de seus propósitos, tornar a informação de sua entidade transparente, de acordo com os objetivos da Contabilidade (PIACENTINI, 2004). Podendo inclusive, de acordo com Nossa (2002), facilitar as relações da empresa com seus usuários, e demonstrar de forma clara, os resultados obtidos com o esforço em benefício de um desenvolvimento sustentável.

Portanto, como justificativa, tem-se a importância do setor de Água e Saneamento, que presta um serviço de caráter essencial com grande impacto na saúde da população e do meio ambiente, sendo esse setor, classificado pela Lei nº 6.938/81, como de médio impacto ambiental.

Sua contribuição para sociedade acontece por meio da demonstração da preocupação das empresas em operar de forma sustentável e limpa, evidenciando de forma transparente sua relação com o meio ambiente. Para a academia, tem o intuito de ampliar o conhecimento sobre o tema e estimular os estudantes a desenvolverem outras pesquisas relacionadas ao assunto.

Por fim, o diferencial do presente estudo, em relação aos demais realizados, destaca-se por se tratar de assuntos referentes às empresas do setor de Água e Saneamento, bem como, sua preocupação e interação com o meio ambiente, e o nível de evidenciação das questões ambientais por elas envolvidas.

O trabalho, em questão, apresenta-se dividido em 06 (seis) capítulos, a saber: o capítulo introdutório, no qual fora abordado a problemática de pesquisa, justificativas e os objetivos do trabalho; o segundo capítulo, que apresenta o referencial teórico, discorrendo sobre a evolução histórica e conceitos da Contabilidade e itens de natureza ambiental, a importância da evidenciação contábil ambiental e uma fundamentação bibliográfica sobre o setor Água e Saneamento.

O terceiro capítulo exhibe as informações relacionadas ao proceder metodológico quanto aos objetivos, aos procedimentos, aos métodos de abordagem, à abordagem do problema e à técnica de coleta de dados.

A seguir, no quarto capítulo, apresenta-se a população e amostra, assim como o instrumento de coleta de dados, o quinto capítulo traz a análise dos dados e os resultados da pesquisa e, por último, no sexto capítulo, abordam-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentadas informações acerca da evolução histórica da Contabilidade Ambiental, conceitos referentes aos itens de natureza ambiental, a importância da evidenciação contábil e reflexões pertinentes ao setor de Água e Saneamento.

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Desde o princípio da humanidade, na visão de Freitas e Strassburg (2007), o homem com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida buscava novas alternativas, indo da caça à pesca predatória, colheita de frutos e plantas silvestres, à sua fixação na terra, demonstrando uma evolução na forma de sociedade, ao utilizar os recursos naturais de acordo com sua necessidade. Com o tempo, entretanto, essa “utilização da natureza” tornou-se um negócio ganancioso em busca de riqueza, poder e respeito, sem preocupação com as consequências.

Os recursos naturais, antes considerados superabundantes começavam a apresentar esgotamento, com profundas transformações no meio natural, em que a civilização humana se desenvolveu (RODRIGUES; SANTOS; MELLO, 2008).

A partir do século XX, segundo Pereira (2007), a preocupação da empresa deixa de ser somente o mercado e passa a ser também sobre as questões ambientais. Entretanto, é só na década de 60 que surgem os primeiros movimentos ambientalistas, ocorrendo à chamada conscientização ambiental.

Nos anos 70 surge a visão de que o problema com o meio ambiente não poderia ser de responsabilidade localizada, mas de responsabilidade globalizada. Em 1972, em Estocolmo, foi realizada a Primeira Conferência Mundial sobre o meio ambiente, com repercussão internacional (GARCIA; OLIVEIRA, 2009).

Em 1992, no Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 14 de junho, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como “Rio - 92” ou “ECO - 92”; sendo o maior evento mundial a discutir as questões ambientais tendo como objetivo avaliar o que havia sido feito desde a primeira conferência, quanto pela dimensão que tomou ao discutir o futuro do planeta em relação aos problemas ambientais globais enfrentados (FERRARI, 2014).

Nossa (2002) esclarece que para que o desempenho ambiental da companhia tenha a ampla transparência necessária para os diversos usuários das informações contábeis, sejam internos ou externos, as empresas necessitam mensurar, registrar e evidenciar os investimentos, obrigações e resultados alcançados.

A ciência que permite o exercício dessa transparência é a Contabilidade, sendo uma das principais ferramentas de auxílio da administração no desenvolvimento das empresas que buscam o aprimoramento e inovação na medida em que as entidades necessitam de informações especializadas. A constante preocupação com o meio ambiente fez surgir uma ramificação específica dessa ciência, a Contabilidade Ambiental, que representou um resultado significativo para a área contábil (SILVA; MELO; BARBOSA, 2013).

Na visão de Kraemer (2005), a Contabilidade Ambiental é um conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto que leve em conta a preocupação com o meio ambiente, é contabilizar os benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto pode trazer.

Garcia e Oliveira (2009) acrescentam que foi somente em fevereiro de 1998 que a Contabilidade Ambiental passou a ser considerada um novo ramo, com a finalização do “Relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais”, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (*ISAR - United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*).

Silva, Melo e Barbosa (2013) concluem que a Contabilidade Ambiental pode exibir itens nos demonstrativos evidenciados em contas específicas, conforme suas características, sendo representadas pelo ativo e passivo ambiental, assim como pelas contas de resultado: receita, custos e despesas ambientais. Tais itens serão abordados a seguir, para melhor entendimento.

2.2 ITENS AMBIENTAIS

Nesta seção faz-se uma breve abordagem sobre a definição e características dos ativos, passivos, receitas, despesas e custos ambientais.

2.2.1 Ativo ambiental

O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (2011) define o ativo como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos.

Dessa forma, partindo para definição de ativo ambiental, Garcia e Oliveira (2009) afirmam que são os investimentos na área ambiental, representados por todos os bens e direitos provenientes ou destinados à atividade de gerenciamento ambiental sob a forma de capital circulante e capital fixo. Ehlke (2003) acrescenta que os ativos ambientais são todos os bens da empresa que buscam a preservação, proteção e recuperação ambiental.

O capital circulante é o montante aplicado para a realização da atividade econômica da empresa, composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis em curto e longo prazo, na conta “disponibilidades”, por exemplo, podem ser contabilizados os valores referentes a recebimentos oriundos de uma receita ambiental; já nos ativos realizáveis a curto e longo prazo, podem ser lançados os direitos originários de uma receita, e quando relacionados com insumos do sistema de gerenciamento ambiental ou com produtos reaproveitados do processo operacional, os estoques (SANTOS et al., 2001).

Ainda segundo os autores, as contas ambientais podem ser divididas no capital fixo em: investimentos, quando há participação societária em empresas ecologicamente corretas; imobilizado, os bens destinados à manutenção do gerenciamento ambiental e o diferido, que são os gastos em desenvolvimento de tecnologia limpa de produção. E por último, ao completar o grupo, o ativo ambiental intangível, que são os bens ou direitos incorpóreos de difícil mensuração.

Kraemer (2001) afirma que os ativos ambientais são representados pelos estoques de insumos, peças, acessórios, entre outros, utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas, visando o desenvolvimento de tecnologias modernas.

As características dos ativos ambientais, de acordo com Costa (2008), são diferentes de uma entidade para outra, pois suas atividades econômicas são distintas, e devem compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente.

Souza e Ribeiro (2004) concluem que os ativos ambientais podem ser contabilizados de forma segregada dos demais, e evidenciam, assim, à sociedade, quais os atos que a empresa vem praticando e se eles estão de acordo com as normas vigentes.

2.2.2 Passivo ambiental

Passivo, de acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (2011), é uma obrigação presente na entidade oriunda de eventos passados, cuja liquidação espera-se que resulte na saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Partindo para definição de passivo ambiental, Costa (2008) define como sendo toda obrigação contraída de forma voluntária ou involuntária, destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental.

O passivo ambiental, na concepção de Santos et al. (2001), está dividido como qualquer passivo, em capital de terceiros e capital próprio, os quais constituem as origens de recursos da entidade, como por exemplo, os bancos no fornecimento de empréstimos para investimentos na gestão ambiental; fornecedores na compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental; governo, na aplicação de multas decorrentes de infração ambiental; funcionários, remuneração de mão de obra especializada em gestão ambiental; sociedade, indenizações ambientais; acionistas, aumento do capital destinado exclusivamente para investimentos em meio ambiente ou para pagamento de um passivo ambiental e a entidade, através de destinação de parte do lucro em programas ambientais. Ainda de acordo com os autores, um passivo ambiental é originado quando uma entidade fica sujeita em decorrência de suas operações, a obrigações legais ou reparatórias, em função do uso do meio ambiente ou da geração de resíduos tóxicos.

A essência do passivo ambiental, nos ensinamentos de Souza e Ribeiro (2004), tem suas características nos gastos gerados para controle e reversão dos impactos causados pelas atividades operacionais ao meio ambiente, cujos pagamentos ocorrerão no futuro. Quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, deve ser reconhecido como passivo ambiental, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação (BERGAMINI JUNIOR, 1998).

Os passivos ambientais, em segmento com os ensinamentos de Santos e Souza (2014), são vistos como desembolsos, sem retorno algum para a empresa, quando na verdade pode ter

sua origem no momento que a entidade passa a ter uma obrigação, resultado de uma ação para com o meio ambiente, percebendo então que a mesma está investindo positivamente no meio em que está inserida.

Ainda de acordo com os autores, os passivos são oriundos de risco e incertezas ambientais, o que podem ser caracterizados como impactos de decisões empresariais tomadas com finalidade econômica e à estimativa de perda do potencial de benefícios da operação provocada por causas ambientais.

Rodrigues, Santos e Mello (2008) finalizam que, o fato de uma organização possuir passivo ambiental não significa necessariamente que ela cause danos à natureza, pois ele pode decorrer de ações preventivas, quando houver o conhecimento de uma possível agressão aos meios naturais, ou até mesmo de ações voluntárias, como a proteção ou recuperação de áreas agredidas.

Quando uma empresa se esforça para evidenciar seus passivos ambientais, ela se apresenta mais transparente, e, conseqüentemente, sua imagem perante os investidores e demais usuários das informações contábeis melhora (RODRIGUES; SANTOS; MELLO, 2008).

2.2.3 Receita ambiental

O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (2011) designa receitas como aumentos nos benefícios econômicos sob a forma de entrada de recursos, aumento de ativos ou decréscimos de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais. Garcia e Oliveira (2009) complementam que a receita é um retorno de valores, uma recuperação de investimentos, renda originada por um bem patrimonial, que demonstra a parte positiva nos demonstrativos do resultado.

O termo receita tem uma ampla dimensão, e pode incluir tudo aquilo que provém da atividade desenvolvida pela empresa, seja comércio, indústria ou prestação de serviços e de fácil mensuração. Já em relação à receita ambiental, ela mostra a dificuldade de avaliação do que pode se relacionar como valor ambiental creditício (PFITSCHER, 2004).

Partindo para a receita ambiental, nesse sentido, Santos e Souza (2014) explicam que o objetivo de gestão ambiental não é gerar lucro, e sim desenvolver políticas saudáveis para reduzir problemas ambientais, o que diverge um pouco do conceito tradicional de receita contábil. Ainda segundo os autores, a geração de receitas ocorre de forma natural, a partir da

implantação de sistemas que valorizem o meio ambiente, pois com um produto de melhor qualidade, os consumidores compram mais, o que faz crescer a demanda, e, conseqüentemente, o lucro.

Costa e Marion (2007) agregam que em relação às receitas, faz-se necessário primeiramente diferenciar uma receita operacional de uma receita ambiental, averiguar qual a atividade predominante da empresa, e que facilita assim o seu reconhecimento.

2.2.4 Despesas e custos ambientais

Despesas, de acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (2011), são diminuições nos benefícios econômicos sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em diminuições do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais. Essa definição abrange tanto as perdas quanto às despesas propriamente ditas que venham a surgir no curso das atividades usuais da entidade.

Kraemer (2005) explica que despesas são os recursos consumidos, na forma de bens ou serviços necessários à produção de receitas em um dado período, independentemente da forma ou momento do desembolso. De acordo com Costa e Marion (2007) se os gastos forem referentes à produção, serão considerados como custos, senão, como despesas.

Com ótica às despesas ambientais, Teixeira, Nossa e Donatti (2003) explicam que compreendem os gastos tomados ou exigidos para gerenciar os impactos ambientais das atividades de uma empresa, de forma ambientalmente responsável, bem como outros gastos direcionados aos objetivos e exigências da companhia. Ainda de acordo com os autores, resulta da amortização de ativos ou da constituição de passivos ambientais, que já tenha esgotado sua capacidade de gerar benefício.

Já custo ambiental é todo esforço ou empenho vinculado a qualquer gasto, independentemente de desembolso, relativo a bens ou serviços que busquem, única e exclusivamente, a preservação do meio ambiente (COSTA, 2008). Santos e Souza (2014) especificam que custos ambientais são os gastos, ou consumo de ativos referente à proteção do meio ambiente e que são classificados em função de sua vida útil.

A partir das definições supracitadas é possível compreender a diferença entre despesas e custos ambientais que, conforme Costa (2008), são gastos, por meio de consumo de ativos,

aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e nas atividades ecológicas da empresa.

2.3 EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

Neste tópico propõe-se abordar aspectos gerais da evidenciação da informação contábil, evidenciação contábil ambiental, formas de evidenciação e a relevância dessas informações aos usuários.

2.3.1 Aspectos gerais

Evidenciar é revelar algo, tornar claro tudo aquilo que ocorre com o negócio da empresa, seja ele bom ou ruim, tornando as informações contidas nos relatórios fidedignas e não enganosas para quem as utilizar (FREITAS; STRASSBURG, 2007).

Goulart (2013) ressalta que para o entendimento da evidenciação, vale reportar-se ao termo na língua inglesa, *disclosure* (ou, na forma verbal, *to disclose*), o qual se pode separar em duas partes: (a) “dis”, que representa uma negativa (similarmente, na língua portuguesa, ao “dis” de discordar, antônimo de concordar) e (b) “cloruse”, com a conotação de “fechamento”. *Disclosure* pode então ser entendida como o oposto de fechamento, significando “abertura” da empresa por meio da divulgação de informações, garantindo a transparência diante do público e dos participantes de mercado.

Piacentini (2004) acrescenta ainda que qualquer informação divulgada pela empresa que auxilie aos usuários internos e externos a conhecer sua situação financeira e econômica pode ser entendida como evidenciação. É recomendado pela boa prática contábil, segundo Kosztrzepe (2004), a evidenciação de todos os fatores que possam influenciar no processo de tomada de decisão por parte dos usuários.

Nos estudos de Boff (2007), os relatórios contábeis são o produto final da contabilidade, elaborados a partir das informações oriundas dos negócios da empresa, tendo como principal finalidade, evidenciar, de maneira objetiva, tempestiva, fidedigna e completa as informações de natureza quantitativa e qualitativa. Ainda de acordo com a autora, a administração tem a opção de evidenciar ou não determinadas informações ainda não obrigatórias por Lei, entretanto é notável a parcela significativa de empresas que vem evidenciando de forma voluntária as

informações relacionadas aos seus negócios, além daquelas de natureza econômica e financeira, com o intuito de atender as expectativas e necessidades do público interno e externo.

Costa e Marion (2007) concluem que as empresas buscam evidenciar sua responsabilidade social e também ambiental devido às exigências do mercado e que a evidenciação segregada das informações ambientais pode ser considerada uma contribuição da contabilidade para a preservação e proteção ambiental.

A seguir será retratada, com mais detalhes, sobre a evidenciação contábil ambiental.

2.3.2 Evidenciação contábil ambiental

Atualmente, na visão de Santos e Souza (2014), as expectativas dos clientes devido à crescente concorrência global não se restringem à procura de determinado nível de qualidade ao menor custo, pelo contrário, estão mais informados e dispostos a comprar e utilizar produtos que respeitem o meio ambiente.

Nos estudos de Freitas e Strassburg (2007), a imagem de uma empresa que valoriza sua relação com o meio ambiente tomando medidas preventivas, apresenta conotação diferenciada perante a opinião pública, tendo um forte papel, entre outros, na manutenção dos clientes atuais e atração de novos consumidores.

Berner (2009) afirma que deve haver em cada organização uma preocupação com a prevenção e diminuição dos fatores negativos que abordam o meio ambiente, através da elaboração de projetos que destacam a redução de dejetos prejudiciais à natureza. Nesta ótica, a Contabilidade é a responsável pela comunicação entre a empresa e a sociedade, evidenciando as medidas adotadas e os resultados alcançados no processo de proteção e preservação do meio ambiente (KRAEMER, 2005).

Mesmo não sendo possível a evidenciação das informações ambientais nas próprias demonstrações contábeis, é função da Contabilidade demonstrá-las em outros meios possibilitando aos usuários tomadas de decisões mais corretas sobre a empresa (COSTA; MARION, 2007). Ainda de acordo com os autores, as informações ambientais estão relacionadas ao patrimônio devendo ser evidenciadas, independentemente da forma de divulgação, ou seja, são informações que podem alterar o patrimônio das empresas, sendo assim, precisam constar das demonstrações contábeis e isso não importa a forma ou maneira utilizada.

Freitas e Strassburg (2007) especificam que devem ser evidenciados todos os gastos e provisões realizadas com o meio ambiente assim como todas as situações relacionadas

diretamente com a natureza, que possam vir a prejudicar os interesses das empresas ou representem riscos para a sua continuidade. O *disclosure* ambiental, de acordo com Nossa (2002), pode ser feito de forma obrigatória, quando exigidos por leis e regulamentos, ou voluntária, quando a empresa evidencia as informações de forma espontânea.

A NBC T 15 (2004) destaca os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, das quais devem ser divulgadas: investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; com a educação ambiental para a comunidade; ou outros projetos ambientais; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e por último os passivos e contingências ambientais.

No que se refere à evidenciação dessas questões apontadas pela norma, Mendes (2010) explica que os grupos formados por gestores, acionistas, investidores, clientes, empregados, comunidade e sociedade, são os principais interessados, sendo que para que essa informação seja capaz de contribuir na tomada de decisão e à avaliação dos efeitos ambientais para esses grupos interessados, é necessária a reflexão sobre: (I) o que, (II) como, (III) quando e (IV) onde evidenciar.

Moreira (2009) complementa que, por meio desses questionamentos a Contabilidade busca instrumentos para evidenciar, de modo mais claro, as questões de caráter ambiental e contribui com o processo decisório das informações apuradas, relativas ao meio natural, e que não serve assim apenas à empresa, aos administradores e aos gerentes, mas também a outros interessados nas informações e tomadas de decisão. Boff (2007) conclui que a ciência contábil coloca à disposição das organizações, demonstrativos e relatórios para evidenciar, de forma transparente, informações além daquelas requeridas legalmente, os quais serão abordados no tópico seguinte.

2.3.3 Formas de evidenciação

Freitas e Strassburg (2007) conceituam que, o papel de registrar os atos praticados pela empresa, é da Contabilidade, divulgando de forma sintética as informações, mediante demonstrativos geralmente publicados em meios de comunicação. Para que isso possa ser realizado de forma adequada, pode-se utilizar as diversas formas de evidenciações conhecidas, como as notas de rodapé ou explicativas, as demonstrações contábeis, informações entre parênteses, quadros demonstrativos suplementares, comentários do auditor, relatório da administração ou da diretoria, e pode, também, fazer o uso de recursos gráficos e visuais.

Nos apontamentos de Silva, Melo e Barbosa (2013), as notas de rodapé, ou notas explicativas, é um veículo com maior detalhamento do conteúdo a ser evidenciado, e se utilizam quadros, gráficos e informações textuais, o que facilita a interpretação dos usuários. Freitas e Strassburg (2007) complementam que, as notas explicativas são a forma de evidenciação mais utilizada no Brasil, isto porque, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), principal órgão de fiscalização do país, em relação às empresas de capital aberto, exigem a publicação de demonstrativos financeiros acompanhados de notas explicativas, forçando a evidenciação.

As demonstrações contábeis são aquelas que devem englobar a maior quantidade de evidenciação, sendo apresentadas de forma que facilitem a interpretação das informações e melhorem a sua evidência (PIACENTINI, 2004). A Lei nº 6.404/79, alterada pela Lei nº 11.638/07, traz as demonstrações financeiras obrigatórias, que deverão ser elaboradas ao fim de cada exercício social, as quais são: balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; e, caso for companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Kosztrzepa (2004) adiciona que, para evidenciação de informações adicionais as que aparecem no corpo das demonstrações são utilizadas as informações entre parênteses, e que podem ser a forma de avaliação dos estoques ou mesmo a indicação de ativos voltados para a redução ou tratamento da poluição da empresa.

Os quadros e demonstrativos suplementares, segundo o mesmo autor, buscam evidenciar detalhes sobre determinados itens das demonstrações contábeis que podem ser agregadas informações de natureza qualitativa. Piacentini (2004) afirma que, os comentários do auditor divulgam fatos relevantes, como os métodos contábeis usados, se os princípios fundamentais da contabilidade foram seguidos pela entidade, e o seu parecer final com relação à avaliação realizada.

Já o relatório da administração ou da diretoria servem para demonstrar as ações previstas e realizadas que envolvem suas atividades, ele se apresenta como uma forma de transmissão da mensagem desejada pela empresa ao seu público (BOFF, 2007).

Além dos demonstrativos já mencionados, as empresas ainda podem utilizar-se do balanço social, que de acordo com Santos e Souza (2014), tem por objetivo apresentar informações relacionadas com os fatos sociais e ambientais praticados pelas organizações, nos âmbitos interno e externo, e devem demonstrar não só os efeitos positivos da atividade econômica, mas também os negativos, como a emissão de efluentes, a poluição do ar e a devastação de áreas verdes, por exemplo.

Piacentini (2004) conclui que, a preocupação quanto à forma de apresentação das demonstrações não pode se restringir somente à credibilidade das informações, mas também à sua clareza e aplicação das mesmas. Somente se os usuários destas informações atingirem suas necessidades para tomada de decisão é que a Contabilidade atingirá o seu principal objetivo.

2.4 SEGMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

A atividade da indústria de água e saneamento, de acordo com Grigolin (2007), é compreendida, basicamente, da extração de água de fontes do subsolo e de fontes de superfícies, como rios e reservatórios (coleta); tratamento para a remoção de poluentes naturais e sintéticos; e distribuição por meio de redes para os consumidores (tratamento). Esse setor apresenta características de economias de escala e de escopo que justificam a presença de monopólios naturais, principalmente nas suas operações de distribuição.

A indústria de saneamento é caracterizada por baixo dinamismo tecnológico e pequena variedade de serviços, se comparada à de outros setores de infraestrutura (energia e telecomunicações), e também presta um serviço de caráter essencial, tendo grande impacto na saúde da população e no meio ambiente (MARINHO, 2006). Grigolin (2007) acrescenta que, diferentemente do ocorrido com os setores de energia e telecomunicações, a falta de um marco regulatório mais claro, aliada à forte pressão política contra privatizações no setor, vem desestimulando investimentos significativos da iniciativa privada, desde a década de 90.

O saneamento básico, conforme Nozaki (2007), é de grande importância para o meio ambiente, no que se refere à proteção de mananciais, rios, lagos, lagoas, entre outros, pois, com o novo formato de saneamento ambiental, uma grande importância é dada para um tratamento global do saneamento em todas as suas nuances, ou seja, investir na exploração de um bem

(água), mas também, promover ações variadas para que essas fontes sejam mantidas e preservadas.

Ainda de acordo com o autor, os serviços de saneamento básico, que no entendimento atual, incluem atividades como: abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; drenagem; e educação ambiental; fazem parte dos chamados serviços de infraestrutura, que possuem provisão ou regulação pública. Esse setor, como os demais serviços de infraestrutura, tem como característica mais relevante, a presença de custos fixos elevados em capital altamente específico. Embora tenha crescido a participação do setor privado nas últimas décadas, os sistemas de água e de esgoto, da maior parte dos países, são operados pelos setores públicos locais (TUROLLA, 2002).

Tucci, Hespanhol e Cordeiro Netto (2000) reconhecem que as grandes concentrações urbanas brasileiras, apresentam condições de sustentabilidade críticas, devido ao excesso de cargas de poluição doméstica, industrial e à ocorrência de enchentes urbanas, que contaminam os mananciais, associada a uma forte demanda de água. Já se observam frequentes racionamentos em algumas regiões do Brasil, essa racionalização e o reuso poderão permitir uma solução mais sustentável.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

O proceder metodológico, ou metodologia denominada de forma abreviada, representa, para Silva et al. (2004) a escolha do método dedutivo ou indutivo, bem como as tipologias de pesquisa como instrumento a ser utilizado, podendo ser: experimental, teórica, exploratória, explicativa, bibliográfica, documental, qualitativa, quantitativa, entre outras. Ainda segundo os autores, na prática, haverá uma combinação dessas tipologias. Por exemplo, quando se faz uma abordagem quantitativa (métodos quantitativos), deve-se, também, utilizar a abordagem qualitativa para esclarecer, e comentar os resultados.

Gil (2010) descreve que toda pesquisa tem seus objetivos, no entanto, em relação aos objetivos mais gerais, ou propósitos, elas podem ser classificadas em exploratórias, descritivas e explicativas. O autor afirma também que, é necessário, para a avaliação da qualidade dos resultados de uma pesquisa, saber como os dados foram obtidos, bem como os procedimentos adotados em sua análise e interpretação. Daí o surgimento de sistemas que classificam as pesquisas segundo a natureza dos dados, dos quais aborda o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental.

Ademais, a pesquisa classifica-se quanto: aos objetivos, aos procedimentos, aos métodos de abordagem e as técnicas de coleta de dados.

3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

Na ótica de Gil (2010), a tendência à classificação, é uma característica da racionalidade humana, ela possibilita melhor organização dos fatos e, conseqüentemente, o seu entendimento. Sendo assim, classificar as pesquisas torna-se uma atividade importante. Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa, sob o ponto de vista de seus objetivos, pode ser: exploratória, descritiva e explicativa.

Gil (2010) relata que, a maioria das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, pelo menos em um primeiro momento, assume caráter de pesquisa exploratória, pois é pouco provável que o pesquisador tenha uma definição clara do que irá investigar neste momento. Prodanov e Freitas (2013) acrescentam que, a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que será investigado, e que facilita a delimitação

do tema, orienta a fixação dos objetos e a formulação das hipóteses ou descobre um novo tipo de enfoque para o assunto.

As pesquisas explicativas, por sua vez, de acordo com Gil (2010), têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos, sendo as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, tendo como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas, por esse motivo, constitui o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros eleva-se consideravelmente.

Beuren et al. (2006) destacam que, as pesquisas explicativas nas ciências naturais são, quase exclusivamente, do método experimental. Entretanto, nas ciências sociais, em virtude de a experimentação não ser muito utilizada, recorre-se a outros métodos, primordialmente ao observacional.

Prodanov e Freitas (2013) explicam que, quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles, caracteriza-se como pesquisa descritiva, visando retratar as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados; questionário e observação sistemática, assume, em geral a forma de levantamento.

A pesquisa descritiva, na concepção de Beuren et al. (2006), configura-se como um estudo intermediário entre a exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda, nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Diante do apresentado, esta pesquisa, quanto aos objetivos, fora uma pesquisa descritiva, pois analisou as variáveis em estudo, sem interferir nos fatos estudados.

3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Quanto aos procedimentos, ou seja, a maneira pela qual se conseguem os dados necessários para a elaboração da pesquisa, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo, denominado *design*, podendo ser traduzido como delineamento, uma vez que expressa as ideias de modelo, sinopse e plano (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Beuren et al. (2006) afirmam que, os procedimentos, na pesquisa científica, referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados. Prodanov e Freitas (2013) acrescentam que, o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados.

Nas tipologias de pesquisa quanto aos procedimentos enquadram-se, conforme Beuren et al. (2006), o estudo de caso, a pesquisa de levantamento, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa participante e a pesquisa experimental.

O estudo de caso consiste na profunda e exaustiva análise de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2010). Para Prodanov e Freitas (2013) é o processo de coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa.

A pesquisa de levantamento, conforme Gil (2010), é caracterizada pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer. Nesse sentido, os dados referentes a esse tipo de pesquisa, na visão de Beuren et al. (2006), podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população ou universo, atentando-se ao fato de que nenhuma amostra é perfeita, podendo variar o grau de erro ou viés.

Já a pesquisa bibliográfica, é aquela elaborada a partir de material já publicado, constituído, principalmente, de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, teses, dissertações, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013). Praticamente toda pesquisa acadêmica, de acordo com Gil (2010), requer, em algum momento, a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica.

Devido suas características, a pesquisa documental pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica (BEUREN et al., 2006). A principal diferença está na natureza das fontes, que de acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica tem sua fundamentação em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos, enquanto que a documental vale-se de todas as opções de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, entre outros.

Caracteriza-se pesquisa participante quando, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), desenvolve-se a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. Trata-se de um modelo de pesquisa que difere dos tradicionais porque a população não é considerada passiva e seu planejamento e condução não ficam a cargo de pesquisadores profissionais (GIL, 2010).

Por fim, Prodanov e Freitas (2013) afirmam que, pesquisa experimental é quando o pesquisador procura refazer as condições de um fato a ser estudado, para observá-lo sob controle. Gil (2010) esclarece que, a pesquisa experimental, ao contrário do que faz supor a concepção popular, não precisa necessariamente ser realizada em laboratório, podendo ser

desenvolvida em qualquer lugar, desde que apresente: manipulação, controle e distribuição aleatória.

Diante das tipologias de pesquisa apresentadas, quanto aos procedimentos, este estudo foi uma pesquisa bibliográfica-documental, pois se baseou nas bibliografias já elaboradas sobre o assunto, e, também, nos documentos publicados das empresas objeto do estudo.

3.3 QUANTO AOS MÉTODOS DE ABORDAGEM

Por métodos, pode ser entendido, conforme Prodanov e Freitas (2013), como o caminho, a forma e o modo de pensamento, é a forma de abordagem em nível de abstração dos fenômenos. Esses métodos, ainda segundo os autores, esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade e, podem ser incluídos, neste grupo, os métodos: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo e dialético.

O método dedutivo, conforme Starke Junior, Freitag e Crozatti (2006), é caracterizado, por sua racionalidade, e parte do geral para o específico por meio da razão que leva ao conhecimento verdadeiro. Já o método hipotético-dedutivo, utiliza-se de hipóteses as quais devem ser testadas a fim de serem corroboradas ou não, utilizando-se desse método o pesquisador formula afirmações temporárias que serão testadas a partir de informações disponíveis em seu raio de ação, condizentes com sua realidade de interesse.

Marconi e Lakatos (2003) definem que o método indutivo é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, compreende-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Ainda de acordo com as autoras, no método dialético, as coisas não são analisadas na qualidade de objetivos fixos, mas em movimento, nada está acabado, pois se encontra sempre modos de transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro.

Portanto, a metodologia utilizada para esta pesquisa, quanto ao método de abordagem fora o método dedutivo, pois trata do conhecimento e aprimoramento de teorias existentes.

3.4 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

O trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado de acordo com normas requeridas por cada método de investigação, conforme Richardson (1999), adotando uma classificação bastante ampla, pode-se dizer que há dois grandes métodos: o quantitativo e o qualitativo.

O método quantitativo, na visão de Beuren et al. (2006), é caracterizado pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados, não sendo tão profundo na busca por conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos. Já o método qualitativo, conforme Richardson (1999), difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema.

Diante do exposto, quanto à abordagem do problema, a pesquisa classificou-se como qualitativa e quantitativa, pois para se obter o nível de evidenciação das questões ambientais, fora necessário a análise e interpretação das informações contidas nas demonstrações contábeis das companhias, e posterior quantificação em percentual.

3.5 QUANTO À TÉCNICA PARA COLETA DE DADOS

Marconi e Lakatos (2003) destacam que técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte: é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas para obterem seus propósitos. Segundo as autoras existem duas grandes divisões: documentação indireta que, segundo elas, aborda a pesquisa documental e a bibliográfica; e a documentação direta que se divide em: observação direta intensiva e direta extensiva.

Ainda segundo as autoras, documentação indireta é a fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse, enquanto que a documentação direta é constituída, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem.

Perante o que foi exposto, esta pesquisa utilizou como técnica de coleta de dados, a documentação indireta, de acordo com sua tipologia de procedimentos, baseando-se em: artigos, teses, dissertações, livros e bancos de dados públicos.

4 ORGANIZAÇÃO E MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

Neste tópico propõe-se abordar a população e a amostra a ser analisada, bem como os instrumentos de coletas de dados utilizados.

4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo compõe todas as empresas que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA, no segmento de Água e Saneamento, a saber, um total de seis companhias, de acordo com o sítio da organização. As empresas estudadas encontram-se no Quadro 1.

QUADRO 1 - Empresas do segmento de água e saneamento

RAZÃO SOCIAL
ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL
CIA SANEAMENTO BÁSICO EST. SÃO PAULO
CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
CIA SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
CIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAM. - CASAN
SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Constata-se que a amostra fora intencional e não probabilística, de caráter censitário, contemplando todas as empresas classificadas no segmento de Água e Saneamento, que estão listadas na BM&FBOVESPA, sendo dados coletados em 03 de novembro de 2016, no sítio da instituição.

A amostra intencional consiste, de acordo com Beuren et al. (2006), na seleção de amostras com base em informações disponíveis e que sejam consideradas representativas da população, o pesquisador, nessa técnica, precisa ter o conhecimento prévio da população selecionada. Enquanto que a não probabilística, ainda de acordo com os autores, faz uso do raciocínio e depende exclusivamente dos critérios do pesquisador para construir amostras. E a pesquisa censitária é aquela que investiga toda a população.

O período da coleta de dados fora referente a cinco anos, a fim de obter o nível de evidenciação dos quesitos ambientais. A coleta de dados da pesquisa fora realizada por meio da

verificação das expressões propostas, que foram analisadas nos demonstrativos contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Balanço Social (BS), Relatório da Administração (RA), Relatório de Sustentabilidade (RS), e Notas Explicativas (NE).

4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O reconhecimento do nível de evidenciação das questões ambientais fora feito, por meio de quesitos elaborados de acordo com o interesse na informação, e focando em sua relevância. O Quadro 2 apresenta a classificação de tais quesitos e seu contexto.

QUADRO 2 - Quesitos para análise e seu contexto

QUESITOS	CONTEXTO
01. Multas, Indenizações e Danos	Gastos que a empresa obteve com reembolsos e danos referentes à natureza.
02. Projetos Ambientais	Atividades com educação ambiental e reciclagem, a fim de preservar e recuperar o meio ambiente onde as empresas estão inseridas.
03. Financiamentos e Empréstimos	Destinados à recuperação do meio ambiente e liquidação das obrigações ambientais.
04. Provisões Ambientais	Se existe a contabilização para possíveis contingências ambientais.
05. Investimentos no meio ambiente	Investimentos feitos pela empresa para melhora ou recuperação do meio ambiente.
06. Impactos Ambientais	Referem-se à existência de danos ambientais causados pela empresa.
07. Processos Ambientais	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Para a coleta de dados, foi utilizada a análise de conteúdo, que, de acordo com Moraes (1999), é usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados em um nível que vai além de uma leitura comum. Uma vez identificado os dados, esses foram quantificados mediante Sistema Binário, sendo que a cada apresentação correspondente a um quesito, teve a representação pelo número 1, e a cada ausência de apresentação, correspondente

a um quesito, teve a representação pelo número 0. A aplicação do método binário fez-se necessária para a apuração do nível correspondente à evidenciação de questões ambientais.

O nível de divulgação, das informações acerca da interação com o meio ambiente, fora apurado utilizando a seguinte fórmula:

$$\text{Nível total de divulgação} = \frac{\text{Total de quesitos divulgados pela empresa}}{\text{Total de quesitos máximos de divulgação}} \times 100$$

Posteriormente, o tratamento dos dados foi estruturado em Planilhas Eletrônicas, com a construção de tabelas para melhor visualização dos resultados encontrados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão abordadas as análises das informações coletadas nas demonstrações contábeis das empresas do subsetor de Água e Saneamento, nos anos de 2011 2012, 2013, 2014 e 2015.

5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com ótica as empresas selecionadas para a amostra, a Cia Águas do Brasil - CAB Ambiental foi excluída da análise, pois não apresentou, nos anos de 2011 e 2012, os relatórios financeiros no sítio da BM&FBOVESPA, sendo que a organização apenas iniciou, no mercado de capitais, no ano de 2013. As cinco empresas restantes apresentaram os relatórios propostos para verificação, em seus sítios particulares e no sítio da BM&FBOVESPA, exceto a companhia Sanesalto Saneamento S.A, que não elaborou o Relatório de Sustentabilidade dos anos analisados e a Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA que não elaborou o mesmo relatório no ano de 2013.

A Tabela 1 demonstra o total divulgado por cada empresa em todos os anos, evidenciando cada quesito individualmente.

TABELA 1 - Divulgação total dos anos

Empresas	Quesitos							Total	% Nível de Divulgação
	1	2	3	4	5	6	7		
Cia Saneamento Básico Est. São Paulo	5	5	5	5	5	2	5	32	91,43%
Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA	0	5	0	5	5	2	4	21	60,00%
Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR	1	5	0	5	5	2	2	20	57,14%
Cia Catarinense de Águas e Saneam. - CASAN	0	5	0	5	4	0	0	14	40,00%
Sanesalto Saneamento S.A.	0	0	0	5	0	0	0	5	14,29%
Total	6	20	5	25	19	6	11		
Percentual por quesito	24%	80%	20%	100%	76%	24%	44%		

Fonte: elaborado pela autora (2017).

Para organização dos dados, foram construídas as tabelas individuais das empresas, com os respectivos resultados de evidenciação por quesito, os quais constam nos apêndices deste, bem como o total dos quesitos demonstrados pelas companhias.

5.1.1 Análise do nível de evidenciação

Com ótica à Tabela 1, a Cia Saneamento Básico Est. São Paulo, apresentou, em suas demonstrações, os quesitos “1 - Multas, Indenizações e Danos”; “2 - Projetos Ambientais”; “3 - Financiamentos e Empréstimos”; “4 - Provisões Ambientais”; “5 - Investimentos no Meio Ambiente” e “7 - Processos Ambientais”, em todos os 5 períodos analisados, entretanto, o item “6 - Impactos Ambientais”, foi divulgado apenas em dois dos anos observados, alcançando, assim, um nível de evidenciação de 91,43%.

A Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA, obteve 60% do nível de evidenciação, em suas demonstrações, foram divulgadas, em todos os 5 anos analisados, os quesitos “2 - Projetos Ambientais”; “4 - Provisões Ambientais” e “5 - Investimentos no Meio Ambiente”, em contrapartida, os itens “1 - Multas, Indenizações e Danos” e “3 - Financiamentos e Empréstimos” não foram apresentados em nenhum momento, e os quesitos “6 - Impactos Ambientais” e “7 - Processos Ambientais” foram evidenciados em dois e quatro anos, dos 5 anos observados, respectivamente.

Os itens “2 - Projetos Ambientais”; “4 - Provisões Ambientais” e “5 - Investimentos no Meio Ambiente”, foram demonstrados pela Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR, em todos os períodos investigados, já os quesitos “6 - Impactos Ambientais” e “7 - Processos Ambientais” foram evidenciados apenas duas vezes, e o item “3 - Financiamentos e Empréstimos”, não foi divulgado em nenhum dos anos analisados, obtendo, assim, um nível de divulgação de 57,14%.

A Cia Catarinense de Águas e Saneam. - CASAN alcançou 40% de nível de divulgação, apresentou em suas demonstrações os quesitos “2 - Projetos Ambientais” e “4 - Provisões Ambientais” em todos os períodos estudados, já o “5 - Investimentos no Meio Ambiente”, foi demonstrado em 4 dos 5 anos, e os itens “1 - Multas, Indenizações e Danos”; “3 - Financiamentos e Empréstimos”; “6 - Impactos Ambientais” e “7 - Processos Ambientais” não foram evidenciados em nenhum momento.

Por último, tem-se a Sanesalto Saneamento S.A, com um nível de evidenciação de 14,29%. Apresentou em suas demonstrações, nos 5 anos observados, apenas o quesito “4 -

Provisões Ambientais”, os demais itens “1 - Multas, Indenizações e Danos”; “2 - Projetos Ambientais”; “3 - Financiamentos e Empréstimos”; “5 - Investimentos no Meio Ambiente”; “6 - Impactos Ambientais” e “7 - Processos Ambientais”, não foram evidenciados em nenhum dos períodos analisados.

Portanto, nota-se que a Cia Saneamento Básico Est. São Paulo demonstra maior grau de informações apresentadas. Em segundo lugar encontra-se a Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA, seguida da Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR. Em quarto lugar está a Cia Catarinense de Águas e Saneam. - CASAN e, por último, a Sanesalto Saneamento S.A, demonstrando um grau de informações bem menor que as demais.

5.1.2 Análise por quesito

Observando os quesitos propostos para análise, verifica-se que o item “1 - Multas, Indenizações e Danos”, foi divulgado pela Cia Saneamento Básico Est. São Paulo nos 5 anos analisados, a Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR apresentou esse quesito apenas uma vez, e as empresas Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA, Sanesalto Saneamento S.A. e Cia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN não divulgaram esse item, em nenhum dos anos analisados, dessa forma o quesito atingiu um total de apenas 24% de divulgação, nota-se que as empresas não estão interessadas em demonstrar ou não obtiveram gastos com reembolsos e danos referentes à natureza.

O quesito “2 - Projetos Ambientais”, foi divulgado nos 05 (cinco) anos por todas as empresas, exceto a Sanesalto Saneamento S.A, que não apresentou em seus relatórios o item analisado, sendo assim totalizou 80% de nível de divulgação. Percebe-se uma maior importância, por parte das companhias, em apresentar, nas suas demonstrações, as atividades com projetos ambientais, a fim de preservar e recuperar o meio ambiente onde estão inseridas.

Em relação ao quesito “3 - Financiamentos e Empréstimos”, apenas a Cia Saneamento Básico Est. São Paulo divulgou em todos os 05 (cinco) anos analisados, as demais empresas não apresentaram esse item em seus relatórios, somando 20% do total possível de divulgação, este item trata sobre os Financiamentos e Empréstimos destinados à recuperação do meio ambiente e liquidação das obrigações ambientais.

O quesito “4 - Provisões Ambientais” foi divulgado pelas 05 (cinco) empresas em todos os 05 (cinco) períodos observados, chegando ao nível máximo de evidência de 100%. Identifica-se um interesse maior por parte das companhias em demonstrar a existência da

contabilização para possíveis contingências ambientais. O CPC 25 (2009) define passivos contingentes, como sendo aqueles que representam uma obrigação resultante de eventos passados, no qual sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, incertos e não controlados pela entidade. Já as provisões, são os passivos que apresentam incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

As empresas Cia Saneamento Básico Est. São Paulo, Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA e Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR, divulgaram o quesito “5 - Investimentos no meio ambiente”, em todos os 05 (cinco) períodos investigados, entretanto, a Sanesalto Saneamento S.A, não apresentou em nenhum momento; e a Cia Catarinense de Águas e Saneam. - CASAN, demonstrou esse quesito em 4 dos 5 anos analisados, dessa forma o item atingiu 76% de nível de divulgação. A maioria das companhias investigadas demonstraram o cuidado de divulgar os investimentos feitos para melhora ou recuperação da natureza.

O quesito “6 - Impactos Ambientais” foi divulgado em 02 (dois) dos 05 (cinco) anos observados, pelas empresas Cia Saneamento Básico Est. São Paulo, Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA e Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR, entretanto, a Sanesalto Saneamento S.A e a Cia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, não apresentaram esse quesito em nenhum dos períodos investigados, totalizando apenas 24% de nível de evidenciação. Os impactos ambientais são ocasionados, de acordo com Antoni e Fofonka (2013), quando há o rompimento do equilíbrio ecológico devido à utilização, de forma incorreta e indevida, dos recursos naturais pelas empresas.

A empresa Cia Saneamento Básico Est. São Paulo apresentou em suas demonstrações o quesito “7 - Processos Ambientais” nos cinco períodos analisados, a Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA divulgou esse item em 4 dos 5 anos observados, a Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR apresentou apenas em 2 anos e as empresas Sanesalto Saneamento S.A. e Cia Catarinense de Águas e Saneam. - CASAN não divulgaram esse quesito em nenhum dos períodos investigados, somando 44% de nível de divulgação. Observa-se que as empresas não estão envolvidas em processos ou não estão preocupadas em divulgar a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra as entidades.

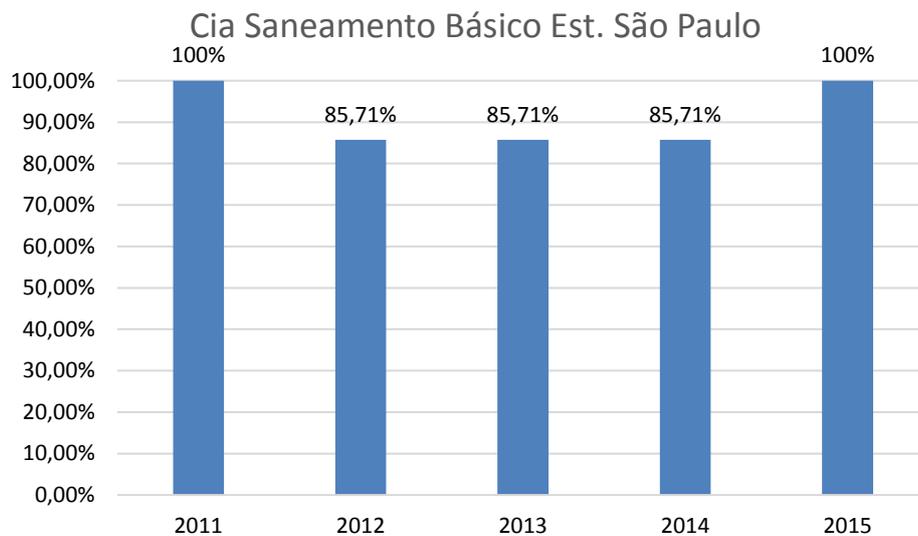
Como forma de concluir a análise por quesito, fora encontrada a Média Geral de divulgação de 52,57%, concluindo assim, que as empresas do setor de Água e Saneamento que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA, demonstraram uma preocupação razoável, em divulgar sua relação com o ambiente em que está inserida.

5.1.3 Análise por ano

Como forma de completar a análise, foram construídos os gráficos, por ano, das empresas, individualmente.

O Gráfico 1 demonstra os dados da companhia Cia Saneamento Básico Est. São Paulo.

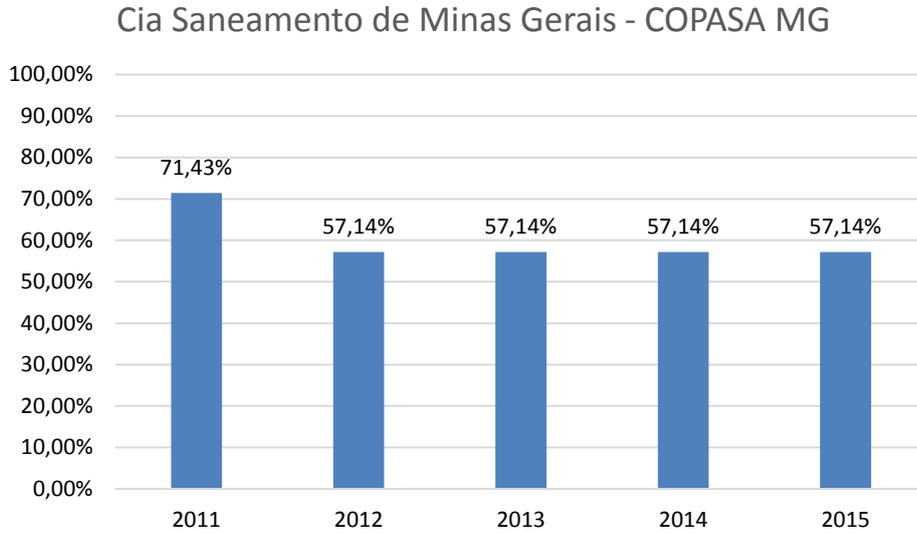
GRÁFICO 1 - Cia Saneamento Básico Est. São Paulo



Fonte: elaborado pela autora (2017).

A Cia Saneamento Básico Est. São Paulo atingiu, em 2011, nível máximo de divulgação, 100%, apresentando todos os quesitos investigados, já em 2012 esse índice cai para 85,71%, mantendo-se o mesmo em 2013 e 2014. Em 2015, há uma mudança, e o nível volta para 100%. Pode-se observar que a empresa mantém um alto grau de divulgação, evidenciando sua relação com o meio ambiente e os impactos que, conseqüentemente, provoca.

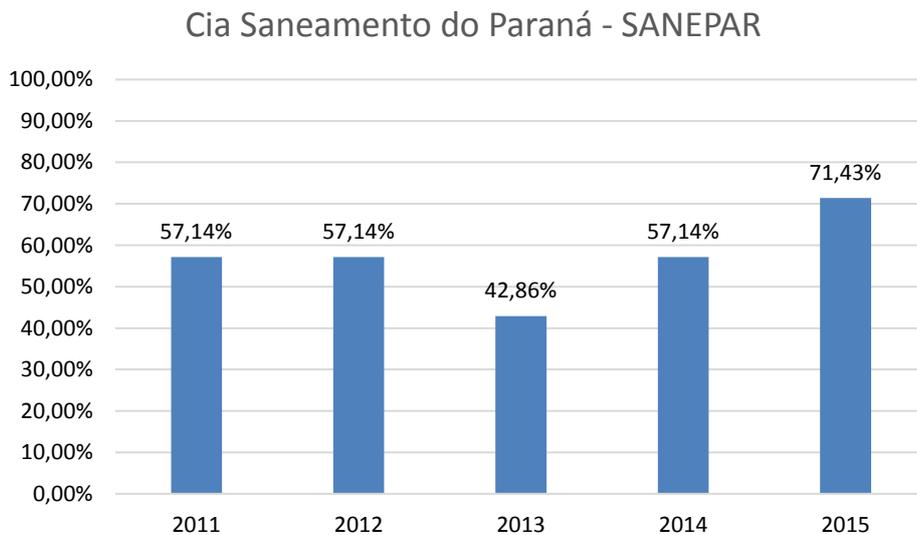
O Gráfico 2 ilustra os dados da companhia Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG.

GRÁFICO 2 - Cia Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG

Fonte: elaborado pela autora (2017).

No ano de 2011, a Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, demonstrou um nível de evidenciação de 71,43%, entretanto, aconteceu um decréscimo nos anos posteriores, indo para 57,14%. Nota-se que a entidade mantém um nível de divulgação contínuo e inalterado nos quatro últimos períodos analisados.

O Gráfico 3 demonstra os dados da empresa Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR.

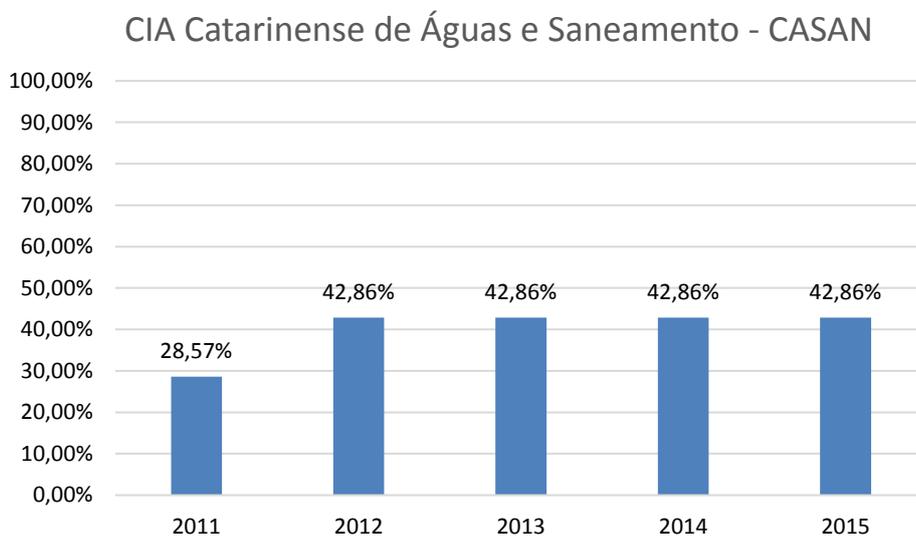
GRÁFICO 3 - Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR

Fonte: elaborado pela autora (2017).

A Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR apresenta, em suas demonstrações, nos anos de 2011 e 2012 um nível de evidenciação de 57,14%, que acaba sofrendo uma queda em 2013, indo para 42,86%, já em 2014, esse nível volta a 57,14% e em 2015 cresce para 71,43%. Observa-se um aumento na divulgação das informações relacionadas ao meio ambiente por parte da organização.

O Gráfico 4 ilustra os dados da companhia Cia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

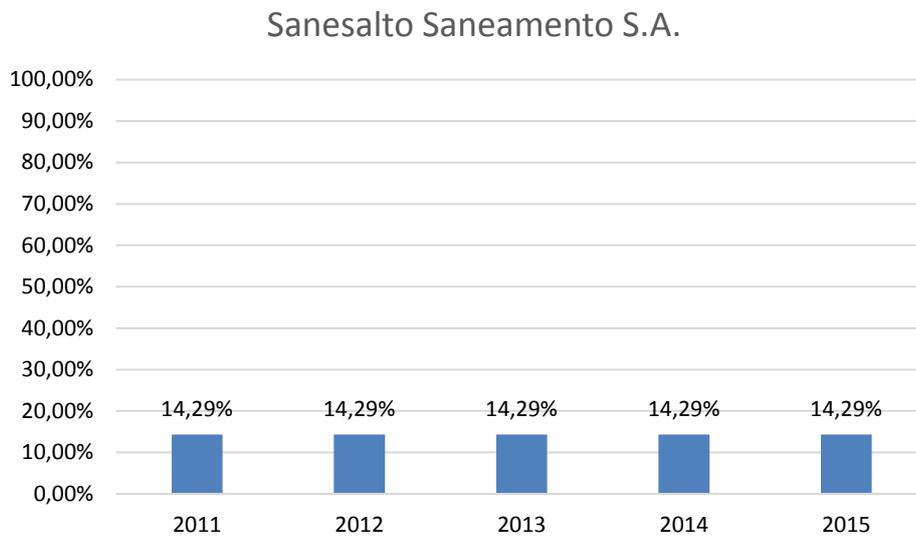
GRÁFICO 4 - Cia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN



Fonte: elaborado pela autora (2017).

A Cia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN demonstrou um nível de divulgação de 28,57% no ano de 2011. Em 2012 houve um aumento, indo para 42,86%, valor esse que é mantido em 2013, 2014 e 2015.

O Gráfico 5 apresenta os dados da companhia Sanesalto Saneamento S.A.

GRÁFICO 5 - Sanesalto Saneamento S.A.

Fonte: elaborado pela autora (2017).

Em todos os cinco períodos observados para objeto de estudo, a Sanesalto Saneamento S.A. evidenciou em suas demonstrações apenas 14,29% dos itens investigados, pois não apresentou o Relatório de Sustentabilidade, obtendo, dessa forma, o menor nível dentre as demais organizações analisadas.

Para melhor compreensão, foram calculadas a Média Geral alcançada por cada companhia a saber: a Cia Saneamento Básico Est. São Paulo apresentou a maior média, dentre as empresas analisadas, chegando a 91,426%; a Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG alcançou média geral de 59,998%; a Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR atingiu 57,142%; já a Cia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN atingiu uma média geral de 40,002%, e por último, a Sanesalto Saneamento S.A., que apresentou a menor média, chegando apenas a 14,29%.

No decorrer do estudo, foram observadas algumas limitações, as quais podem-se citar: não há a padronização das informações nos relatórios analisados, sendo apresentados pelas companhias de forma diferente em cada ano observado; algumas empresas não divulgaram o Relatório de Sustentabilidade por não ser obrigatório; e não foi analisada a qualidade da informação, apenas a quantidade apresentada pelas companhias, por meio de quesitos estipulados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento da industrialização, no século XVIII, a questão ambiental começou a ser notada como fator relevante para qualidade de vida das pessoas. Em 1972, ocorreu a primeira grande conferência mundial organizada para tratar exclusivamente dessas questões, a Conferência de Estocolmo, que teve como mérito, trazer para o plano internacional, a discussão sobre como os problemas ambientais teriam de ser enfrentados pela humanidade dali em diante.

Atualmente, a preocupação das empresas com o meio ambiente é grande, pois, além de prejudicar a sua imagem com os consumidores e de perder valor no mercado, a organização poderá, ainda, ser penalizada, caso cometa algum dano à natureza. Nesta ótica, é de suma relevância que as entidades demonstrem, de forma correta, suas informações ambientais, garantindo o cumprimento das obrigações com os órgãos fiscalizadores. Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida, com o objetivo de identificar o nível de evidenciação, das questões ambientais, nas companhias do segmento de Água e Saneamento, que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA.

Na análise das demonstrações contábeis das companhias pertencentes ao setor de Água e Saneamento, notou-se um nível razoável de evidenciação das informações relacionadas ao meio ambiente. A Cia Saneamento Básico Est. São Paulo, apresentou o melhor resultado dentre as empresas analisadas, alcançando 91,43% de nível de divulgação, a Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA chegou a 60%, a Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR atingiu 57,14%, a Cia Catarinense de Águas e Saneam. - CASAN obteve 40% e, por último, a Sanesalto Saneamento S.A. que atingiu apenas 14,29% de nível de evidenciação.

Na análise por quesito, observou-se, que o item “4 - Provisões Ambientais”, atingiu nível máximo de evidenciação de 100%; o quesito “2- Projetos Ambientais” totalizou 80%; o “5 - Investimentos no Meio Ambiente” apresentou percentual de 76%; o item “7 - Processos Ambientais” somou 44%; os itens “1 - Multas, Indenizações e Danos” e “6 - Impactos Ambientais” chegaram a 24%; e, por último, o quesito “3 - Financiamentos e Empréstimos” que apresentou 20% de percentual de divulgação.

Já na análise por ano, constatou-se que a Cia Saneamento Básico Est. São Paulo atingiu no ano de 2011, nível máximo de evidenciação de 100%, entretanto, nos anos de 2012, 2013 e 2014 esse nível estabiliza-se em 85,71%, já no ano de 2015 a companhia volta para o nível máximo de divulgação de 100%. A Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, em 2011,

apresentou 71,43% de nível de divulgação das informações relacionadas ao meio ambiente, nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 esse valor decresce para 57,14%.

A Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR, atingiu, nos dois primeiros anos observados, 2011 e 2012; 57,14% de nível de evidenciação, já em 2013, ocorre uma queda, indo para 42,86%, em 2014 esse percentual volta para 57,14% e em 2015 há um crescimento desse nível, alcançando 71,43%.

A Cia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN demonstrou nível de evidenciação de 28,57% no ano de 2011. Em 2012 houve um aumento, indo para 42,86%, valor esse que é mantido em 2013, 2014 e 2015. E, por último, a Sanesalto Saneamento S.A., manteve o nível de divulgação de 14,29%, em todos os 5 períodos observados

Analisando as informações, conclui-se que as empresas do setor de Água e Saneamento, que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA, apresentaram Média Geral de evidenciação dos quesitos de 52,57%, demonstrando uma preocupação razoável em divulgar sua relação com o ambiente em que está inserida.

Diante ao exposto, sugere-se que novas pesquisas sejam feitas, a fim de se analisar a qualidade das informações das questões ambientais, apresentadas pelas empresas de Água e Saneamento investigadas.

REFERÊNCIAS

- ANTONI, R; FOFONKA, L. Impactos ambientais negativos na sociedade contemporânea. *Revista Educação Ambiental em Ação*, n. 45, ano XII, set./nov., 2013. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1557>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BERGAMINI JUNIOR, S. *Contabilidade e risco ambientais*. 1998. Disponível em: <http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1105.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.
- BERNER, C. V. *Investigação sobre as práticas e tratamento dos passivos ambientais das empresas de energia elétrica listadas na Bovespa*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://tede.fecap.br:8080/jspui/bitstream/tede/434/1/Carlos_Vicente_Berner.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.
- BEUREN, I. M.; LONGARAY, A. A.; RAUPP, F. M.; DE SOUSA, M. A. B.; COLAUTO, R. D.; PORTON, R. A. B. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3.ed., 195 p. São Paulo: Atlas, 2006.
- BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. *Empresas listadas*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/BuscaEmpre.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 09 ago. 2016.
- BOFF, M. L. *Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Centro de ciências sociais aplicadas, Universidade regional de Blumenau, 2007. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/DS/2007/325462_1_1.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.
- BRASIL. *Lei nº 11.638*, de 28 de Dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 de dezembro de 2007, Edição extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 09 ago. 2016.
- _____. *Lei nº 6.938*, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 02 de setembro de 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.
- _____. *Lei nº 6.404*, de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 17 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm> ACESSO EM 27/10/2016>. Acesso em: 09 ago. 2016.

CALIXTO, L.; FERREIRA, A. C. S. Contabilidade ambiental: aplicação das recomendações do ISAR em empresas do setor de mineração. In: *IX Congresso Internacional de Custos*, Florianópolis, 28 a 30 de novembro de 2005. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/1991/1991>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

COSTA, C. A. G. *Contabilidade ambiental do lixo urbano: um estudo no município de Passo Fundo/RS*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/DS/2008/332519_1_1.PDF>. Acesso em: 10 out. 2016.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, n. 43, p. 20 - 33, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18n43/a03v1843.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento conceitual básico (R1)*. 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 25. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente*. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. *Sobre a CVM*. 2017. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/sobre/cvm.html>. Acesso em: 01 out. 2016.

EHLKE, M. C. G. *O desenvolvimento da contabilidade ambiental em empresas certificadas pela ISO 14000 de Curitiba/PR*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/85141/192084.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 out. 2016.

FERRARI, A. H. *De Estocolmo, 1972 a Rio+20, 2012: o discurso ambiental e as orientações para a educação ambiental nas recomendações internacionais*. 226f. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/116060/000805924.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 set. 2016.

FREITAS, C. C. O.; STRASSBURG, U. *Evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas do setor de papel e celulose brasileiras*. 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/viseminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%206%20-%20Evidencia%E7%E3o%20das%20informa%E7%F5es%20ambientais%20nas%20demonstra%E7%F5es%20cont%E1beis%20de%20empresas.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

GARCIA, R. S. M.; OLIVEIRA, D. L. Contabilidade ambiental: história e função. *Gestão & Tecnologia*, Faculdade Delta, 1. ed., set./out., 2009. Disponível em: <http://www.faculdaadedelta.edu.br/imagens/revista_gestao_tecnologia/edicao_1/contabilidade_ambiental.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOULART, A. M. C. *Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil*. 2003. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08122003-122400/pt-br.php>>. Acesso em: 13 out. 2016.

GRIGOLIN, R. *Setor de água e saneamento no Brasil: regulamentação e eficiência*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2028/1_81744.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: 01 nov. 2016.

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

KOSZTRZEPA, R. O. *Evidenciação dos eventos relacionados com o meio ambiente: um estudo em indústrias químicas*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2004. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2783>>. Acesso em: 13 out. 2016.

KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade ambiental como sistema de informações*. 2005. Disponível em: <www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. *Contabilidade ambiental: o passaporte para a competitividade*. *CRCSC&Você*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 25-40, dez./2001 - mar./2002. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5454729.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

LEITE, F. *Contabilidade ambiental: uma ferramenta para a gestão ambiental*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade Regional de Blumenau - FURB, Blumenau, 2006. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FURB_6e41a007665ee3e98566fa4a8fc5973f/Details>. Acesso em: 08 nov. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. 2013. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MARINHO, M. S. J. *Regulação dos serviços de saneamento no Brasil (água e esgoto)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná -UFP, Curitiba, 2006. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/6194/socorro_2006.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MENDES, F. B. *A contabilidade ambiental: conceitos e concepções metodológicas*. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3892>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 06 nov. 2016.

MOREIRA, A. B. O. *Contabilidade ambiental: evidenciação das questões ambientais em relatórios contábeis pelas empresas florestais de capital aberto*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa, 2009. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3005/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 out. 2016.

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade. *NBC T 15 - Informações de natureza social e ambiental*. 2004. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

NOSSA, V. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo -USP, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/6/tesevalcemiro.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

NOZAKI, V. T. *Análise do setor de saneamento básico no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-25072007-152652/en.php>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

PEREIRA, A. C. F. A contabilidade ambiental: a sua relevação no relato financeiro. *Jornal de Contabilidade*, n.º 367, out., 2007. Disponível em: <http://www.apotec.pt/fotos/jornais/out2007_1192526928.pdf#page=12>. Acesso em: 09 ago. 2016. Acesso em: 21 set. 2016.

PFITSCHER, E. D. *Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87358/208500.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 out. 2016.

PIACENTINI, N. *Evidenciação contábil voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2004. Disponível em:

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2784/NEUSA_PIACENTINI.PDF?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 out. 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed., 1999. Disponível em: <<https://prezi.com/sblzw4vzkebv/richardson-tj-pesquisa-social-metodos-e-tecnicas-3-ed/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

RODRIGUES, F. F.; SANTOS, R. B.; MELLO, M. C. B. *Análise do disclosure ambiental da empresa Petrobras no período 1997 a 2007*. 2008. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos92009/364.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

SANTOS, A. O.; SILVA, F. B.; SOUZA, S.; SOUZA, M. F. R. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, vol.12, n.27, São Paulo, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772001000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 out. 2016.

SANTOS, L. P. R.; SOUZA, L. D. *Contabilidade ambiental: uma contribuição da ciência contábil à sustentabilidade da gestão ambiental*. 2014. Disponível em: <<http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2014/downloads/2014/Contabilidade%20Ambiental%20Uma%20Contribui%C3%A7%C3%A3o%20Da%20Ci%C3%Aancia%20Cont%C3%A1bil%20%20Sustentabilidade%20Da%20Gest%C3%A3o%20Ambiental.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SILVA, M. C.; CHACON, M. J. M.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; LOPES, J. E. G. Procedimentos metodológicos para a elaboração de projetos de pesquisa relacionados a dissertações de mestrado em ciências contábeis. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, n. 36, p. 97 - 104, set./dez., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v15n36/v15n36a06.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2016.

SILVA, W. M.; MELO, J. F. M.; BARBOSA, M. F. N. Análise de conteúdo da evidenciação dos investimentos e custos ambientais: um estudo nas empresas do segmento de papel e celulose cadastradas na Bovespa no período de 2009 a 2012. In: *XX Congresso Brasileiro de Custos*, 2013. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/162/162>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SOUZA, V. R.; RIBEIRO, M. S. Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, n. 35, p. 54 - 67, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34134/36866>>. Acesso em: 10 out. 2016.

STARKE JUNIOR, P. C.; FREITAG, V. C.; CROZATTI, J. *A função social da pesquisa em contabilidade*. 2006. Disponível em: <http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_01.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

TEIXEIRA, A. J. C.; NOSSA, V.; DONATTI, V. P. *O tratamento contábil para os gastos com reflorestamento de áreas degradadas ambientalmente: um estudo exploratório*. 2003. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/Donatti-%20O%20tratamento%20cont%C3%A1bil.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

TUCCI, C. E. M., HESPANHOL, I.; CORDEIRO NETTO, O. M. *A gestão da água no Brasil: uma primeira avaliação da situação atual e das perspectivas para 2025*. 2000. Disponível em: <<http://rhama.net/download/artigos/artigo30.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

TUROLLA, F. A. *Política de saneamento básico: avanços recentes e opções futuras de políticas públicas*. Texto para discussão nº 922, Brasília, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2818/1/TD_922.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cia Saneamento Básico Est. São Paulo

ANO	QUESITOS							TOTAL PERCENTUAL %	
	1	2	3	4	5	6	7	Total	Percentual
1	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
2	1	1	1	1	1	0	1	6	85,71%
3	1	1	1	1	1	0	1	6	85,71%
4	1	1	1	1	1	0	1	6	85,71%
5	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Total	5	5	5	5	5	2	5		
Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	40%	100%		

Fonte: elaborado pela autora (2017).

APÊNDICE B – Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG

ANO	QUESITOS							TOTAL PERCENTUAL %	
	1	2	3	4	5	6	7	Total	Percentual
1	0	1	0	1	1	1	1	5	71,43%
2	0	1	0	1	1	0	1	4	57,14%
3	0	1	0	1	1	0	1	4	57,14%
4	0	1	0	1	1	0	1	4	57,14%
5	0	1	0	1	1	1	0	4	57,14%
Total	0	5	0	5	5	2	4		
Percentual	0%	100%	0%	100%	100%	40%	80%		

Fonte: elaborado pela autora (2017).

APÊNDICE C – Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR

ANO	QUESITOS							TOTAL PERCENTUAL %	
	1	2	3	4	5	6	7	Total	Percentual
1	0	1	0	1	1	1	0	4	57,14%
2	0	1	0	1	1	0	1	4	57,14%
3	0	1	0	1	1	0	0	3	42,86%
4	1	1	0	1	1	0	0	4	57,14%
5	0	1	0	1	1	1	1	5	71,43%
Total	1	5	0	5	5	2	2		
Percentual	20%	100%	0%	100%	100%	40%	40%		

Fonte: elaborado pela autora (2017).

APÊNDICE D – Cia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN

ANO	QUESITOS							TOTAL PERCENTUAL %	
	1	2	3	4	5	6	7	Total	Percentual
1	0	1	0	1	0	0	0	2	28,57%
2	0	1	0	1	1	0	0	3	42,86%
3	0	1	0	1	1	0	0	3	42,86%
4	0	1	0	1	1	0	0	3	42,86%
5	0	1	0	1	1	0	0	3	42,86%
Total	0	5	0	5	4	0	0		
Percentual	0%	100%	0%	100%	80%	0%	0%		

Fonte: elaborado pela autora (2017).

APÊNDICE E – Sanesalto Saneamento S.A.

ANO	QUESITOS							TOTAL PERCENTUAL %	
	1	2	3	4	5	6	7	Total	Percentual
1	0	0	0	1	0	0	0	1	14,29%
2	0	0	0	1	0	0	0	1	14,29%
3	0	0	0	1	0	0	0	1	14,29%
4	0	0	0	1	0	0	0	1	14,29%
5	0	0	0	1	0	0	0	1	14,29%
Total	0	0	0	5	0	0	0		
Percentual	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%		

Fonte: elaborado pela autora (2017).